

JUVENTUDE E JUVENTUDE DO CAMPO: algumas considerações

Suely Aparecida Martins¹

Resumo

A juventude tem sido um tema de interesse de diversas áreas de conhecimento. No entanto, caso se considere a produção acadêmica sobre os jovens rurais, observa-se que esses padecem de uma invisibilidade. É apenas no fim do século XX que os jovens rurais parecem ter despertado o interesse dos pesquisadores. Esse artigo pretende socializar as principais perspectivas sociológicas em relação a juventude e como estas também estiveram presentes nas análises dos jovens do campo. Ainda, com o objetivo de contribuir para que os jovens trabalhadores do campo tenham maior visibilidade social, apresenta-se alguns dados relativos a sua situação social e educacional que revelam a falta de perspectivas referente a vida no campo desses jovens.

Palavras-chave: Juventude; jovens rurais; sociologia da juventude.

THE YOUTH AND THE FARMER YOUTH: some considerations

Abstract

The youth have been an interest subject to many knowlegde areas. However, considering the academic production about rural youth, you observe that they (rural youth) suffer of an invisibility. The rural youth seemed to have awake the researcher's interest just in the end of 20 (twentieth) century. This article intends to socialize the main sociologic perspectives about the youth and how the young people also have been present in rural youth's analysis. With the purpose to contribute to young worker's farm to have a better

¹ Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão e aluna do curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC - nível doutorado. E-mail: martins.sue@bol.com.br.

visibility, some data about their social and educational situation that reveal the lack of perspectives about the youth's rural life are presented.

Key-words: Youth; rural youth; the youth sociology.

Introdução

A maioria dos estudos que tratam da juventude tem privilegiado a análise dos jovens urbanos, passando quase despercebido pesquisas que focalizam os jovens rurais. Só recentemente esses jovens têm merecido algum destaque por parte do meio acadêmico e também das políticas públicas¹. Levantamento realizado por Weisheimer (2005) e que considerou o período de 1990 a 2004, mapeou apenas 50 trabalhos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros tratando dos jovens rurais, sendo que destes a maioria (86%) foram publicados a partir de 2001. Isso revela, conforme Weisheimer, uma tendência de ampliação do interesse pelo tema por parte dos pesquisadores. Mas mesmo considerando essa tendência, os números demonstram que os jovens rurais ainda padecem de invisibilidade.

Buscando contribuir para uma maior percepção da juventude do campo e dos principais problemas que a afeta, este artigo objetiva socializar as principais perspectivas sociológicas em relação a juventude e a juventude do campo. Discuti-se em que medida tais perspectivas teóricas contribuíram para reforçar ou não a invisibilidade dos jovens rurais. Além disso, considerou-se importante destacar no artigo a pertinência de abordar os jovens rurais considerando que a grande parte deles se constituem como jovens trabalhadores e, portanto, sofrem dos problemas que afetam essa categoria da população no campo. Isso é importante para ajudar a compreender os dados relativos a situação social e educacional

¹ As demandas dos jovens rurais têm sido incorporadas gradativamente pelo Estado e pelos movimentos sociais. Nos anos de 1990, passaram a integrar as pautas de reivindicações e as agendas políticas de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 2005, o governo federal criou a Secretaria Nacional da Juventude, que tem impulsionado programas como Nossa Primeira Terra, destinado a jovens do campo (WEISHEIMER, 2005).

desses jovens e sua baixa perspectiva em relação à vida no campo, e que tem contribuído para que os jovens sejam o segmento da população que mais migrou para as cidades nas últimas décadas.

A tematização da juventude: juventude ou juventudes?

A concepção mais comum dada à juventude é aquela que a considera como uma fase de vida, um período no qual se processam transformações importantes na vida dos indivíduos. É também considerada a faixa etária em que os indivíduos estariam mais propensos a mudanças e a desafios e, portanto, mais próximos de comportamentos rebeldes e perigosos.

Essa concepção que se encontra difundida no senso-comum vai ao encontro da perspectiva teórica funcionalista que considera a juventude "...como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade..." (ABRAMO, 1997, p. 29). É o momento no qual os jovens devem ser socializados para ingressarem na vida social, compartilhando dos valores e normas sociais. Mas, como acentuado por Abramo, é um período dramático, pois os indivíduos encontram-se mais vulneráveis, podendo desenvolver condutas consideradas anti-sociais ou que possam colocar em perigo a continuidade social. Não é à toa, que vários estudos dedicados ao tema e que foram desenvolvidos especialmente na segunda metade do século XX, se interessaram em analisar os comportamentos considerados desviantes de parte dos jovens e seus perigos para a continuidade social. Eisenstadt (1976), em seu estudo sobre as gerações, por exemplo, chamou a atenção para as funções integrativas dos grupos juvenis nas sociedades modernas, mas reconheceu que estes quando se colocam em oposição às gerações mais velhas e aos seus valores assumem um caráter anormativo e se constituem como um perigo para a continuidade social.

A preocupação de Eisenstadt, assim como de outros funcionalistas, está na integração social dos jovens, é necessário preparar os jovens para que ocupem os papéis dos adultos. Nesse sentido, Abramo (1997, p. 29), ao analisar como tem se dado a tematização da juventude destaca em relação ao funcionalismo:

Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Para evitar que as disfunções sociais estejam presentes no comportamento dos jovens, os funcionalistas destacam o papel fundamental de instituições como a família e principalmente a escola no processo de socialização das novas gerações. Conforme Eisenstadt (1976), a escola emerge nas sociedades modernas com a função de preparar os jovens para as diversas funções requeridas pela estrutura social. Já Abramo (2003) destaca a emergência da escola na modernidade tendo como função disciplinar e vigiar a juventude. A escola capitalista atenderá as duas prerrogativas: preparar mão-de-obra “especializada” para as diferentes funções exigidas pelo mercado de trabalho e contribuir para que o futuro trabalhador seja dócil e disciplinado.

Observa-se que a concepção de juventude centrada na condição etária e como sendo uma fase de transição constitui a juventude como um grupo dotado de características e interesses homogêneos. Isso tem ajudado a construir alguns mitos em relação à juventude, conforme demonstrou Braslavsky *apud* Margulis; Urresti (1996, p. 14). Entre esses mitos estariam: 1) a percepção de que a juventude se constituiria pelos privilegiados da sociedade, aqueles com tempo livre, sem preocupações e interessados apenas em garantir seus privilégios; 2) a concepção de que os jovens seriam os portadores de todos os males sociais: “por la que los jóvenes aparecen como los depositarios de todos los males, el segmento de la población más afectado por las crisis, por la sociedad autoritaria, que sería mayoría entre los desocupados, los delincuentes, los pobres, los apáticos, ‘la desgracia y resaca de la sociedad’” (BRASLAVSKY *apud* MARGULIS; URRESTI, 1996, p. 14); 3) e a perspectiva de que aos jovens caberia a tarefa de salvar a humanidade, pois seriam éticos, participativos e sensíveis aos ideais de mudança. Margulis e Urresti (1996, p. 14) chamam a atenção também para o mito da igualdade, segundo o qual os jovens se

encontrariam em igualdade de oportunidades para se incorporarem ao mundo social e produtivo.

Os mitos acima descritos revelam uma concepção que reduz o significado de ser jovem como sendo um tempo etário considerado problemático para a sociedade: “tempo sem responsabilidades”, “tempo perigoso”, “tempo de delinquência”, “tempo de desocupados”, “tempo de rebeldia”.

De certa forma isso foi observado por Abramo (1997) na análise que fez sobre a tematização da juventude no Brasil. Essa autora chamou a atenção para a ênfase dada à juventude como “problema social”. Nos anos 50, a juventude aparece como uma categoria social potencialmente delinqüente, por sua própria condição etária, nos anos 60 e parte dos anos 70 se constituiu como a geração ameaçadora da ordem social e conseqüentemente “como categoria portadora da possibilidade de transformação profunda: e para a maior parte da sociedade, portanto, condensava o pânico da revolução”. Nos anos 80, “vai aparecer como patológica porque oposta à geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática”. Nos anos 90, embora a juventude volte a ter visibilidade social a partir de ações individuais ou coletivas, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços de individualismo, à fragmentação e também à violência, ao desregramento e ao desvio (ABRAMO, 1997, p. 30-31).

Os mitos citados, além de ajudarem a produzir uma percepção da juventude como problema social, também trazem à tona questões que demarcam quem são os jovens. Ora, se a juventude se define como um período de moratória social, então seriam jovens somente aqueles que pudessem nesse período de sua vida se dedicar apenas aos estudos. Os jovens das classes trabalhadoras do campo e da cidade já envolvidos com as atividades vinculadas ao trabalho, provavelmente não seriam considerados jovens, tendo que assumir as responsabilidades adultas desde cedo. Portanto, o “tempo de preparação”, “tempo de estudo” para esses jovens inexistiria ou existiria parcialmente, pois teria que ser dividido com o trabalho. Por sua vez, a percepção dos jovens como idealistas e com a missão de salvar a humanidade parece considerar que os jovens possuem uma tendência natural para se envolverem em projetos utópicos e transformadores.

Observa-se, assim, que o enfoque funcionalista ao enfatizar a preocupação com a integração dos jovens a sociedade, bem como possibilitar uma compreensão que homogeneiza a juventude acaba por induzir a reflexões que levam a uma simplificação da real situação dos jovens na sociedade, ora permitindo a naturalização da categoria juventude, ora levando a análises que desconsideram as desigualdades e diferenças existentes entre os jovens. Além disso, acaba não percebendo os próprios jovens como sujeitos que podem interferir na realidade social.

Em oposição às perspectivas que reforçam o caráter natural e/ou homogêneo da juventude, diversos autores (PAIS, 1996; GROppo, 2000) tem demonstrado a condição histórica da juventude, ou seja, a maneira de ser e viver a juventude tem variado no decorrer da história, assumindo configurações que variam de sociedade para sociedade. Desta forma, a juventude não deve ser apenas compreendida como uma condição natural do desenvolvimento humano, pois se trata de uma condição construída histórica e socialmente. E que, no caso das sociedades capitalistas, se constitui tendo como parâmetro as possibilidades colocadas aos jovens rapazes burgueses, ou seja, foram esses jovens que puderam experimentar as condições de moratória social, “compreendida como esse adiamento dos deveres e direitos da produção, reprodução e participação, um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para o exercício futuro dessas dimensões da cidadania” (ABRAMO, 2005, p. 41).

Porém, as próprias transformações econômico-sociais, especialmente no período pós-guerra, possibilitaram aos jovens das classes trabalhadoras viverem, ainda que com privações e diferenças, as experiências antes restritas aos jovens burgueses. Dentre essas mudanças destacam-se especialmente a extensão da escolarização, a coibição do trabalho infantil, a constituição de uma cultura que valoriza a imagem e valores juvenis e a experiência e ação dos próprios jovens. Desse modo, destaca Abramo (2005, p. 43):

... produziu-se uma *extensão* da juventude, em vários sentidos: na duração desta etapa do ciclo de vida (...); na abrangência do fenômeno para vários setores sociais, não mais só os rapazes da burguesia, como no início (...); nos elementos constitutivos da experiência juvenil e nos conteúdos da noção socialmente

estabelecida. Entre estes últimos, ressaltam a vigência de uma multiplicidade de instâncias de socialização, não mais só a família e a escola; a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores. Em decorrência, surgem muitas modificações no conteúdo da *moratória*: não mais só adiamento e suspensão, mas variados processos de inserção em várias dimensões da vida pessoal e social, como sexualidade, trabalho, participação cultural e política etc. A vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta.

Porém, Abramo (2005) adverte que, em certa medida, o modelo ideal de juventude continua sendo aquele imprimido pelos jovens burgueses e que constituiu a noção moderna de juventude. Assim, é a partir desse parâmetro de juventude que se tem avaliado as condições de outros setores sociais aceder a essa condição e viver a juventude.

Mas também ganha força uma compreensão de juventude que procura enfatizar que essa condição é recortada por diferenças e desigualdades sociais e assim contribuir para romper com esse padrão ideal de juventude. Margulis e Urresti (1996, p. 15) destacam que a juventude só pode ser compreendida a partir da multiplicidade das situações sociais em que se encontra inserida e dos marcos sociais historicamente desenvolvidos que condicionam as distintas maneiras de ser jovem. Trata-se da juventude entendida como um conjunto social diversificado. Neste caso, têm se destacado o caráter heterogêneo dos jovens. A ênfase está em demonstrar que a juventude encontra-se perpassada por condições de classe, de gênero, etnia etc, o que faz dela um grupo social diversificado. Assim, não basta simplesmente falar de juventude como um grupo etário com interesses comuns, é necessário perceber que as juventudes são muitas. Conforme Pais (1996, p. 23): “ Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais”.

Para esse autor é necessário considerar o pressuposto de que a juventude não é socialmente homogênea, mas “encontra-se socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações” (PAIS, 1996, p. 33). O

que não significa negar que a fase etária empresta certas semelhanças a juventude.

Essa perspectiva de análise não desconsidera a importância das instituições sociais no processo de socialização da juventude, entretanto, entende que os jovens, enquanto sujeitos sociais, respondem a esses processos. No entanto, nos últimos anos tem-se destacado que, frente à crise da modernidade, a juventude estaria passando por um processo de desinstitucionalização, caracterizado pela perda da centralidade de instituições tradicionais na vida dos jovens, como a família e a escola, por exemplo, e por uma maior autonomia para o jovem viver sua condição juvenil. Conforme destaca Abad (2003, p. 25):

Essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, e por uma emancipação mais precoce nos aspectos emocionais e afetivos, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade.

O mesmo autor salienta que, se as gerações anteriores ansiavam para se inserir no mundo adulto e assumir suas responsabilidades, os jovens de hoje, preferem prolongar a juventude, não existindo pressa alguma em assumir a condição de adulto. Além disso, os jovens já não comungam da ilusão de seus pais da educação como um fator de mobilidade social e das promessas de pleno emprego.

Spósito (2005, p. 92), no entanto, considera que tal perspectiva pode “desconsiderar a aspiração por escolaridade, os sentidos atribuídos a instituição escolar e a importância das redes familiares para muitos jovens, sobretudo aqueles que, em decorrência das estruturas desiguais, situam-se na base do sistema social”. Dessa forma, a autora propõe examinar a experiência juvenil levando em conta a presença dessas agências mais tradicionais de socialização, porém considerando as mudanças que vem sendo operadas nessas agências clássicas, bem como que elas perderam o monopólio no processo de formação juvenil. Além disso, Spósito (2005, p. 95) adverte: “... seria necessário investigar os sentidos que os jovens atribuem a suas relações com essas agências para além da submissão

aos modelos normativos e hegemônicos da reprodução cultural ou de uma situação meramente instrumental e distanciada de seu modelo de funcionamento”.

Essas reflexões induzem a considerar a juventude como uma categoria que apresenta certas homogeneidades, mas considerar principalmente às diferenças e desigualdades sociais que afetam os jovens. Da mesma forma cumpre o desafio de perceber a juventude como sujeito capaz de problematizar a sua própria condição social e interferir na realidade, mas que se encontra inserida em um contexto social específico, que coloca limites e possibilidades a sua atuação. Além disso, implica levar em conta as mudanças econômicas, sociais e culturais na sociedade contemporânea que afetam a juventude e os processos de socialização em que os jovens estão inseridos.

Perspectivas de análise e os jovens do campo

A maioria dos estudos sobre a juventude, especialmente aqueles que acentuaram o caráter homogêneo da condição juvenil, teve como foco de análise os jovens urbanos. Só recentemente, no Brasil, os jovens rurais passaram a despertar algum interesse dos pesquisadores, mas de forma ainda tímida³.

Esse desinteresse em relação aos jovens do campo pode ter uma de suas explicações ao fato de que, para muitos autores, a própria juventude se constituiu como um grupo etário que se manifestou em setores urbanos. Eisenstadt (1976), por exemplo, procurou demonstrar que os grupos etários só existem em sociedades universalistas, ou seja, “em sociedades em que a família ou qualquer outro grupo particularista não é a unidade básica da divisão social do trabalho” (p. XIII). Para esse autor no mundo rural a vida do adolescente transcorre na unidade familiar. Diferentemente dos centros urbanos, no mundo rural os grupos etários, quando surgem, são imprecisos, pouco coesos e com características de grupo de brincadeira. A inserção das crianças e jovens na escola

³ Conforme levantamento realizado por Weisheimer (2005), em termos de volume a produção sobre a juventude rural ainda é inexpressiva não chegando a quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2003.

podem alterar esse quadro, porém "somente na proporção em que os setores rurais se tornarem cada vez mais mecanizados e orientados para o mercado...", bem como quando a economia de caráter familiar entrar em crise, levando os pais a buscarem outras alternativas de trabalho que possam incorporar todos os filhos (EISENSTADT, 1976, pp. 161-162).

Para Eisenstadt a juventude rural adquire sentido como grupo etário quando as atividades agrícolas se inserem na economia de mercado e uma educação escolarizada se impõe como necessária para preparar os jovens para as atividades agrícolas mecanizadas e para atividades não agrícolas. A ênfase do autor para definir a categoria juventude repousa principalmente em critérios etários e numa perspectiva homogênea da condição juvenil.

A definição de juventude como faixa etária também está presente em estudos realizados por Edmundo Sustaita e Jacques Guigou. Sustaita, em *A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento* (1968), esforça-se em demarcar diferenças entre os jovens urbanos e os jovens rurais, e entre os próprios jovens rurais. Define juventude rural como "...um grupo de indivíduos compreendido entre os 15 e 24 anos, que viveu aproximadamente até a idade de 15 anos no meio rural, tempo durante o qual se socializou com pautas de ação e relações rurais" (1968, p. 208). Para chegar a esta definição o autor utiliza conceitos da Psicologia Social: a *personalidade de base*, referente as estruturas de personalidade adquiridas pelos indivíduos em sua socialização inicial e que irá contribuir para a formação do *marco de referência*, pelo qual os indivíduos irão orientar sua conduta. Assim, os jovens socializados no meio rural terão como marco de referência a cultura rural, que está baseada no imediato e no concreto, diferentemente do jovem urbano que "...se guiará sobretudo por referências de relativo nível de abstração" (SUSTAITA, 1968, p. 208). Essa perspectiva faz considerar como jovens rurais também jovens residentes na cidade, mas que foram socializados no meio rural.

O autor ainda considera que a juventude rural possui variações, originadas de três fatores: a migração rural-urbana, que classificará os jovens rurais em dois subgrupos: residentes rurais e migrantes que vivem na cidade; os jovens rurais que vivem em áreas desenvolvidas e aqueles que vivem em áreas subdesenvolvidas; e a classe social, diferenciando o grupo juvenil rural da classe média e

da classe baixa. Em relação aos jovens rurais residentes em países subdesenvolvidos Sustaita se interroga sobre a validade de colocar o problema da juventude, uma vez que "... a juventude rural desses países somente participaria no *primitivismo* que sofre sua sociedade pelas más condições sanitárias, educacionais, alimentares etc" (SUSTAITA, 1968, p. 217). Sobre os jovens rurais dos países desenvolvidos o autor aponta que os jovens da classe média rural encontram-se num processo de integração a cultura urbana, facilitada pelos meios de comunicação de massa, indicando uma tendência à homogeneização da personalidade de base rural com a urbana. Da mesma forma, os migrantes rural-urbanos da classe média adaptam-se com facilidade aos padrões da classe média urbana. Já "...os migrantes de classe baixa rural sofrem um prolongado e conflitivo processo de integração à vida urbana, dominada pelos padrões subculturais da classe média" (SUSTAITA, 1968, p. 212), o que pode leva-los a participação em "gangs" e a delinqüência juvenil.

Guigou (1968), por sua vez, em *Problemas de uma sociologia da juventude rural*, destaca o processo de aculturação dessa juventude, provocado pela introdução das técnicas de comunicação de massa nos agrupamentos de jovens rurais e que, segundo esse autor, modela um novo jovem rural, pertencente a uma civilização diferente daquela na qual seus pais foram educados e que teve na tradição o marco central de referência. Assim, "um hiato sócio-cultural cresce entre as formas de vida dos jovens rurais e das gerações mais velhas" (GUIGOU, 1968, p. 83). Guigou destaca algumas mudanças na família rural que merecem a atenção dos interessados em estudar a juventude rural: a alteração dos papéis atribuídos a cada membro da família e a crescente ascensão dos jovens do campo a uma profissão não-agrícola; a mudança em relação à concepção de família dos jovens rurais que se choca com a concepção tradicional; a valorização dos estudos e diplomas pela família rural. Conforme o autor, os jovens rurais vivem uma tensão provocada pela forças de manutenção e as forças de transformação, sugerindo que o crescimento econômico que transforma o mundo rural está gestando um novo homem rural, já presente nos jovens do campo e conclui: "A civilização camponesa de ontem está morta, não deixemos abortar a civilização rural de amanhã" (GUIGOU, 1968, p. 88).

Os estudos acima se caracterizam pela perspectiva funcionalista que adotam para a análise da juventude e que implica,

conforme a Cepal (1996), em duas posturas em relação à juventude rural: a primeira afirma a inexistência da juventude no espaço rural, argumentando que esta etapa da vida não se vive nas sociedades rurais, porque aí não existe um período intermediário entre a infância e a vida adulta, devendo “os jovens” desde cedo assumir suas responsabilidades com o trabalho; a segunda sustenta que a juventude é uma etapa da vida que se vive em todas as sociedades, tendo uma duração parecida seja no mundo rural, seja no urbano.

A primeira explicação remete à compreensão de juventude como período de moratória social, como um período preparatório, de escolhas, no qual ao tempo dedicado à educação escolarizada deve-se somar o tempo de ócio, de lazer. Essa concepção parece desconsiderar a dimensão pedagógica do trabalho, a qual é muito presente no processo de socialização dos jovens rurais (CAPELO, 2003) e mesmo entre os jovens urbanos das classes populares, bem como as desigualdades sociais que impedem que muitos jovens vivam esse período. A segunda alternativa centra-se numa perspectiva estritamente biológica da condição juvenil, ignorando, como foi demonstrado por Ariès (1981), o processo de construção histórica da juventude nas sociedades ocidentais. Além disso, vários desses estudos se constituíram tendo como marco de referência à dicotomia entre rural e urbano.

Porém, estudos mais recentes sobre os jovens rurais têm incorporado a perspectiva de que a heterogeneidade juvenil atravessa também o rural. Dessa forma é importante considerar que o próprio campo abriga diferentes juventudes: jovens filhos de pequenos agricultores, jovens bóias-frias, jovens sem-terra, jovens homens, jovens mulheres etc... Além disso, trata de perceber que esses jovens vivem um tempo histórico diferente daquele em que viveram seus pais e provavelmente experimentam de forma mais acentuada as mudanças econômicas, sociais e culturais dos últimos tempos. Nesse sentido, torna-se cada vez mais tênue para esses jovens a separação entre o tradicional e o moderno.

Esses jovens provavelmente apresentam particularidades, mas dos 6.333.198¹ jovens brasileiros que residem no campo,

¹ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referente ao Censo Demográfico de 2000.

presume-se que, à maioria se constitui de jovens que trabalha com a família em minifúndios, ou como arrendatários ou como assalariados ou ainda fazem parte de acampamentos e assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Isso quer dizer, nos dizeres de Frigotto (2004, p. 181) que estes jovens "... têm 'rosto definido'. Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas". São, portanto, jovens trabalhadores, que dividem o tempo do trabalho com o tempo da escola, ou se dedicam exclusivamente ao trabalho, tendo abandonado a escola precocemente.

É importante ainda considerar que são os jovens rurais que mais têm sido atingidos pelos processos migratórios nas últimas décadas. Isso pode ser compreendido considerando-se o processo de modernização agrícola implementado no Brasil nos anos 70 e que teve sua intensificação nos anos posteriores e que tem ajudado a expulsar milhares de agricultores para os grandes centros urbanos. Em se tratando dos jovens esse processo de migração para as cidades se intensificou nos anos de 1990 se comparado com os outros segmentos populacionais.

Camarano e Abramovay (1999), ao analisar os processos migratórios no Brasil no período de 1950 a 1990, destacaram os jovens como o segmento da população rural que mais migra para os centros urbanos. Segundo os autores (p. 05): "Na década de 50, o ponto máximo de migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos. Já nos anos 90, este ponto deslocou-se para o grupo de 20 a 24 anos". Esse dado é reforçado, caso considera-se que, enquanto a faixa etária de 15 a 19 anos soma 3.548.282 jovens, a faixa etária de 20 a 24 anos totaliza 2.784.916 jovens vivendo no campo, o que indica a tendência desses jovens deixarem o meio rural, quando atingem a maior idade. Uma outra questão que chama a atenção é o fato de que são as moças que mais migram. Em 1996, por exemplo, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos no Brasil foi superior em 14% ao número de moças. Tendência que também pode ser observada na América Latina. Estudo da Cepal *apud* Camarano e Abramovay (1999, p. 15) indicou que "em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão...".

Provavelmente, a maior saída das moças do campo encontra explicações nos padrões sucessórios da agricultura familiar que ainda privilegia os rapazes e na cultura campestre que reforça o papel subalterno da mulher na estrutura familiar e produtiva. Weisheimer (2005), a partir de estudo realizado no município de Feliz/RS, observou na agricultura familiar uma valorização do trabalho agrícola dos rapazes que são preparados para a sucessão. Por sua vez, as atividades realizadas pelas moças, a maioria de cunho doméstico, são vistas como complementares e pouco valorizadas. Assim, para essas jovens o estudo e o emprego na cidade são vistos como possibilidade de reconhecimento e rompimento com uma condição de subordinação e dominação.

Mas é importante salientar que a saída de rapazes e moças do campo encontra-se também relacionada às condições precárias de vida desses jovens, que apresenta poucas perspectivas em relação ao trabalho e a educação. Pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Programa Nossa Primeira Terra apud Frigotto (2004), com 141 jovens rurais, em 2003, revelou que entre os motivos que levam os jovens a saírem do campo estão: para trabalhar (28,5%), para estudar (26,5%), para trabalhar e estudar (26,55%) e por outras razões (17,5%). Percebe-se que para aproximadamente 50% dos jovens se coloca a questão do trabalho e do estudo como primordiais.

E de fato, caso considere-se as dificuldades do trabalho agrícola, bem como a situação de incerteza frente ao futuro da agricultura familiar somado as poucas oportunidades educacionais reservadas ao campo se pode compreender as razões dos jovens em migrar para as cidades. Mesmo considerando o aumento da escolarização dos jovens rurais em relação aos seus pais, a situação ainda é caótica, principalmente em virtude da necessidade de muitos jovens terem de abandonar os estudos para se inserir mais diretamente no trabalho e assim contribuir com o sustento familiar. Isso ajuda a entender, conforme Carneiro (2005, p. 249), o porque do elevado número de jovens do campo abandonar os estudos entre a 5ª e a 7ª série e poucos concluírem o 2º grau⁵. Esses dados são

⁵ As conclusões da autora se basearam em uma pesquisa nacional, realizada pelo Instituto Cidadania em 2003, que ouviu jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e moradores de áreas rurais e urbanas.

corroborados pela Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA, realizada em 2004, que diagnosticou a situação de ensino nos assentamentos da Reforma Agrária e em seus arredores⁶. Conforme a pesquisa, 48,45% dos estudantes dos assentamentos encontram-se no Ensino Fundamental, enquanto apenas 7,5% dos alunos são estudantes do Ensino Médio, modalidade de ensino que atende exclusivamente os jovens. Outras modalidades que também atende jovens apresentam número reduzido de alunos, como por exemplo, a educação de jovens e adultos de 1ª a 4ª série que soma 2,7% de estudantes.

Porém, esses dados em relação à baixa escolarização dos jovens rurais não devem ser compreendidos como uma desvalorização da educação por parte dos pais e dos próprios jovens. Muito pelo contrário, pesquisas mostram que tanto pais como filhos consideram a educação escolarizada como necessária, mas principalmente como forma de acesso a uma ocupação mais bem remunerada e menos penosa que a agricultura. Nesse sentido, a educação é vista como uma porta de entrada para o meio urbano e como forma de abandono das atividades agrícolas. Pesquisa realizada por Martins (2005) em um assentamento da região Sudoeste do Paraná revelou que para os jovens a educação se constitui como uma forma de melhorar de vida, mas especialmente para garantir um emprego na cidade. Nos dizeres de uma das jovens entrevistadas pela autora: *“O estudo é muito importante, porque não é assim a vida toda que a gente vive na roça, pode ser que um dia a gente pode ir para a cidade e, na cidade a gente pode achar um emprego, porque sem estudo a gente não acha emprego nenhum”*. Da mesma forma, estudo realizado com agricultores familiares no Oeste de Santa Catarina constatou que acabam ficando no campo justamente aqueles jovens que tiveram poucas oportunidades educacionais (ABRAMOVAY et al, 2003, p. 19).

Além disso, se deve levar em conta que vários jovens residentes no campo, devido às dificuldades do trabalho agrícola,

⁶ Foram recenseados 5.595 assentamentos localizados em 1.651 municípios, totalizando os assentamentos da Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) instalados a partir de 1995, tendo sido coletado dados junto aos professores ou dirigentes de escolas dos assentamentos, presidentes de associação de produtores rurais e famílias assentadas.

são obrigados a procurar outras ocupações na cidade. E, neste caso, algumas pesquisas apontam as condições precárias de trabalho desses jovens. A análise de Carneiro, com base em dados levantados por uma pesquisa nacional que entrevistou 669 jovens residentes no campo no país⁵, constatou: “Menos de um terço dos jovens residentes no campo e que trabalham na cidade tem sua situação regularizada com carteira assinada (30%). Os demais integram o mercado de trabalho informal, seja como assalariados sem registro, seja por conta própria, como *bico*” (CARNEIRO, 2005, p. 250). E, em sua grande maioria, são mal remunerados.

No entanto, mesmo considerando a difícil situação dos jovens rurais, várias das pesquisas citadas, também informam o interesse de muitos jovens de continuar no campo, sendo que muitos deles se vêem forçados a migrar para as cidades em virtude das precárias condições de permanência no campo. Na pesquisa realizada com jovens do oeste catarinense, Abramovay et al (2003; 2004) os autores trazem dados que traduzem ainda o desejo de parte dos jovens rurais de organizar suas vidas no campo. Também na pesquisa do Programa Primeira Terra e citada por Frigotto (2004), 62% dos jovens manifestaram o desejo de permanecer no campo e estudar em áreas afins. Ainda vale citar que muitos jovens gostariam de permanecer no campo, mas trabalhando em atividades não-agrícolas. Na pesquisa realizada por Martins (2005), uma jovem, que na época da entrevista, havia deixado o assentamento para morar na cidade, revelou: “É, eu gosto, eu gostaria de continuar morando lá, mas não tipo assim de trabalhar na roça, ter alguma outra coisa para mim fazer”.

Por fim, observa-se nas pesquisas recentes sobre os jovens rurais a incorporação da compreensão da juventude como um grupo social heterogêneo. Nesse sentido, os estudos têm se esforçado em considerar tanto as desigualdades como as diferenças que afetam os jovens do campo. Nesse artigo, por considerar-se como uma questão central que afeta os jovens do campo brasileiro as desigualdades de classe, optou-se por enfatizar aspectos da realidade desses jovens que demonstram isso. Porém, é importante considerar que diferenças de gênero e de geração também têm sido destacadas como importantes para se entender a dinâmica da vida dos jovens no campo e suas perspectivas em relação a ficar ou partir. Além disso, as pesquisas aqui citadas apontam a importância de ouvir os jovens

e evitar afirmações taxativas do tipo “os jovens querem deixar o campo” ou ainda “é necessário fixar os jovens no campo”. Entender quem são esses jovens e a realidade em que vivem pode ser um dos caminhos para evitar tais afirmações.

Considerações Finais

As questões apresentadas evidenciam a necessidade de se compreender os jovens do campo e a realidade em que vivem e romper com a invisibilidade que ainda afeta esses jovens. Somente assim esses jovens poderão ser incluídos em políticas públicas que atendam as suas especificidades, bem como poderão participar efetivamente das diversas organizações do campo.

Embora tenha sido um avanço que a juventude e suas reivindicações venha fazendo parte das pautas de movimentos sociais e do próprio Estado, ainda é necessário que se incorpore efetivamente os jovens como sujeitos ativos nesses movimentos. Algumas pesquisas indicam que a participação dos jovens ainda é uma participação sob tutela. Prevalecendo uma concepção de juventude que devido a sua fase de preparação para o mundo adulto possui pouca credibilidade.

Ao discutir-se as principais concepções sociológicas sobre a juventude procurou-se demonstrar concepções que permitiram reforçar o caráter homogêneo e integrador da juventude e concepções que têm se esforçado para demonstrar que não existe juventude, mas juventudes. Assim, acredita-se que as perspectivas teóricas funcionalistas ao construírem uma concepção de juventude baseada na homogeneização contribuíram para a invisibilidade dos jovens do campo ou que esses sempre fossem analisados tendo como referência os jovens urbanos e burgueses. Por sua vez, os estudos mais recentes, ainda de forma tímida, têm incorporado os jovens rurais em sua análise. Assim, existe o esforço em perceber esses jovens considerando as diferenças e desigualdades que vivenciam.

Mais do que perceber os jovens do campo, é preciso perceber que aí também existem juventudes: *jovens sem-terra*, *jovens indígenas*, *jovens filhos de pequenos agricultores*, *jovens mulheres*, *jovens homens etc.* Mas considera-se, principalmente a necessidade de perceber que esses jovens na sua grande maioria são jovens da classe trabalhadora. Essa concepção, conforme Frigotto (2004, p.

181) permite "... levar em conta particularidades e até aspectos singulares sem cair numa perspectiva atomizada. Os sujeitos jovens (ou as juventudes) teimam em ser uma unidade do diverso econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc".

Ainda vale a pena considerar a necessidade de romper com a idéia de que o jovem do campo pode salvar ou impossibilitar a continuidade da vida no campo. Antes é preciso olhar para esses jovens como sujeitos que podem querer ou não permanecer no campo, mas principalmente como sujeitos que se encontram inseridos em uma realidade histórico-social concreta que coloca possibilidades e limites a sua atuação. Nesse sentido, a ação desses jovens para provocar mudanças, seja no campo ou na cidade, requer muito mais que esforços individuais.

Referências

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In.: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas, juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-32

ABRAMO, Helena. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, 1997.

_____. Espaços de juventude. In.: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 219-228.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In.: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura**, São Paulo, n. 50, p. 11-24, 2003.

_____. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

RIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAPELO, Maria Regina. **Juventude rural em Londrina e região: entre o passado e as perspectivas futuras**. (Projeto de Pesquisa), Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In.: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CEPAL. **Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 1996.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In.: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In.: BRITTO, Sulamita (org.). **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. II, p. 73-88.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In.: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Argentina: Biblos, 1996. p. 13-30.

MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires, Argentina: Biblos, 1996.

MARTINS, Suely Aparecida. **Juventude rural em Francisco Beltrão: em busca da diversidade.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2005. Relatório de Pesquisa.

NOVAES, Regina R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In.: ABRAMO, HELENA; FREITAS, Maria. Virgínia de; SPOSITO, Marília P. (orgs.). **Juventude em debate.** São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2000. p. 46-70.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis.** Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996.

Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA). MEC, INEP, MDA, INCRA, PRONERA: Brasília, abril de 2005 (versão preliminar).

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In.: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (ogs.). **Retratos da juventude brasileira.** São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

SUSTAITA, Edmundo. A juventude rural nos países desenvolvidos e em via de desenvolvimento. In.: BRITTO, Sulamita de (org.). **Sociologia da juventude.** Rio de Janeiro, 1968 (v. 1). p. 205-224.

WEISHEIMER, Nilson. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. In.: ANPOCS. **XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.** Caxambu, MG: Anpocs. 25 s 29 out. 2005.

_____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

Recebido: 19-04-2006

Aprovado: 26-06-2006